

NACIONALISMO, DIREITA E FORÇAS ARMADAS: CHILE 1938-1973*

*VERÓNICA VALDIVIA ORTIZ DE ZARATE***

Se o medirmos em termos eleitorais e de militância, o nacionalismo tem sido - como opção e movimento político - um fenômeno marginal na política chilena do presente século. O reconhecimento da institucionalidade de corte democrático-liberal que os partidos, tanto de esquerda quanto de direita, assumiram no começo dos anos trinta, facilitou a estabilidade. A notável capacidade de negociação e acordo, bem como a marginalização das Forças Armadas das disputas contingentes, agiram em conjunto num mesmo processo, fazendo do sistema político chileno um caso atípico no contexto latino-americano.

Apesar de existir uma corrente nacionalista no Chile desde os princípios do século, ela alcançou seu máximo desenvolvimento somente nos anos trinta, sob o impacto do fascismo europeu. Durante esses anos, o nacionalismo chileno de inspiração nazi-fascista chegou a converter-se em um movimento considerável, dadas as convulsões que afetavam o sistema político na época, conseguindo abrir um espaço dentro desse sistema e levar seus representantes ao Parlamento. Grande parte do impulso alcançado pelo *nacismo* chileno deveu-se ao carisma de seu líder, Jorge González von Marées, que arrebatou os jovens descrentes das coletividades históricas, aterrozidados

com a força do marxismo. A morte de sua liderança, em fins da década de 1930, deixou o nacionalismo chileno em uma situação de incerteza, fato especialmente problemático em um momento de claro avanço do nazismo na Europa. Logo após a desapareição de González von Marées, como chefe indiscutível dessa tendência, e sua derrota política em 1938, o nacionalismo de ultra-direita não voltou a ter a força e a presença, na vida nacional, que teve nos anos trinta, até que o triunfo de Salvador Allende em 1970 solapou, definitivamente, o "Estado de Compromisso" que sustentava a estabilidade política¹. O segundo período no qual o nacionalismo conseguiu atrair centenas de jovens sob suas bandeiras foi, precisamente, durante a experiência da Unidade Popular (1970-1973), encabeçando a luta nas ruas, penetrando nas Forças Armadas e aliando-se à direita, contra o governo constitucional de Salvador Allende. A indiscutível influência do nacionalismo no discurso das Forças Armadas, que tomaram o poder em 1973, e no de uma parte da direita, até os dias de hoje, revela sua importância na política chilena.

Este artigo procura explicar esse paradoxal fenômeno de um nacionalismo marginal, durante todo o século, e sua destacada influência no golpe de Estado de 11 de

* Este artigo faz parte do projeto FONDECYT N° 1950011 "De Ibáñez a 'Pátria y Libertad': Un estudio de nacionalismo en Chile, 1952-1975", de responsabilidade da autora e financiado pela Corporação Nacional de Investigación Científica e Tecnológica, CONICYT, Chile. A autora agradece aos professores Eduardo López e Rolando Alvarez por sua colaboração. Tradução de Marcos Alves de Souza.

** Professora da Universidade de Santiago do Chile.

setembro de 1973. A mudança de uma posição a outra é o objetivo central deste trabalho. Apesar de carecer de peso político até 1970, o nacionalismo de ultra-direita chileno conseguiu sobreviver na obscuridade, aperfeiçoando um programa que alcançaria sucesso no começo dos anos setenta. A hipótese que nos guia é a de que a debilidade do nacionalismo, para converter-se em um movimento político, eficaz e competitivo frente aos partidos, foi substituída pela elaboração de um projeto sócio-político em que as Forças Armadas cumpririam uma função ativa e permanente na "democracia funcional" a ser criada, redefinindo sua inserção na vida nacional. O nacionalismo, frustrado politicamente, viu nas Forças Armadas o canal através do qual colocaria em prática seu projeto de sociedade. Enquanto o consenso funcionou, o nacionalismo e sua proposta foram marginais, mas uma vez que a política de acordos se degenerou em confrontação, o nacionalismo conseguiu entrar na "grande política" e impor seu projeto militarista de sociedade, com o apoio da direita.

1 - O NACIONALISMO CHILENO NEGA-SE A MORRER.

Entendido como um princípio político útil para manter unida uma sociedade, o nacionalismo foi usado pela elite dirigente chilena, durante o século XIX, como um mecanismo legitimador do ideário liberal republicano, no momento de "criação da nação". Ao longo do século, a elite fez uso de variados recursos, para desenvolver um sentido de pertencimento na sociedade chilena, tais como a criação de símbolos nacionais e de instituições, a exacerbação e celebração de efemérides e a realização de façanhas de guerra, como empresas "nacionais" que ajudaram a desenvolver um sentido de comunidade². O êxito de tal projeto coincidiu com o triunfo do Chile na

Guerra do Pacífico, no final do século XIX, e com o auge econômico salitreiro, com a subsequente penetração do capital estrangeiro, especialmente o inglês. O deslocamento da elite, em relação à propriedade do principal recurso econômico do país, o salitre, transformou o Estado em um ente distribuidor da riqueza, gerada pelo citado sal mineral, entre as distintas frações das classes dominantes, e assegurado da ordem pública para manter a produção. Os rigores do modo de produção capitalista, sofridos pelos trabalhadores no norte salitreiro, e o incipiente proletariado industrial exacerbaram os conflitos sociais no início do século XX. A resposta "policial" do Estado tornou evidentes os sérios antagonismos que dividiam a sociedade chilena e pôs em xeque o nacionalismo como ferramenta de unidade.

Apesar de os setores populares estarem alheios aos mecanismos mais formais, usados pelo Estado para "criar" a nação, eles se identificavam com o Chile como "pátria" e se sentiam parte dela. Além do mais, sua participação na Guerra do Pacífico havia sido determinante para a vitória, de modo que sua identidade proletária também se nutriu de uma importante quota de nacionalismo³. Contudo, a necessidade estatal, de que o salitre se produzisse sem interrupções e sem importar as condições de trabalho, provocou a aberta rebelião dos trabalhadores, que encontraram na doutrina socialista ou anarquista uma nova "fé" à qual aderir. A penetração desse ideário internacionalista mostrou o fracasso das classes dominantes para manter unida a comunidade, através de uma hegemonia cultural. Todavia, era uma ruptura relativa, uma vez que os trabalhadores não perderam a identidade com sua própria imagem do Chile - nela coexistiam, sem contradição, um profundo patriotismo com o internacionalismo socialista. As lutas sociais do início do século e a indiferença da elite convenceram certos setores desta última de que a nação estava em

perigo. Desses grupos dissidentes surgiu o nacionalismo como movimento político⁴.

Adotando uma postura antiimperialista e antioligárquica, esse movimento nacionalista rechaçou a forte ingerência estrangeira em nível econômico e cultural, pois a percebia como um perigo para a identidade nacional. Por isso, reivindicou a riqueza do país para o capital nacional e incentivou a industrialização; propôs uma reforma educacional de cunho técnico e assumiu feições populistas ao defender os interesses do povo. A crítica aos partidos terminou por configurar um ideário de corte nacionalista-conservador⁵. Embora essa tendência tenha se constituído em uma voz crítica à ordem parlamentar, mesmo que isolada, conseguiu atrair para suas fileiras o historiador Alberto Edwards, que sintetizou tal formulação em um livro, que terminou por estabelecer as linhas básicas do ideário da futura direita chilena. O resgate da figura de Diego Portales e a idéia de que a destruição de sua obra, com o advento do parlamentarismo, era a causa da crise chilena do princípio do século converteu-se em um elemento central do pensamento nacionalista⁶.

A situação de marginalidade dessas formulações buscou ser superada em 1915, quando se criou o Partido Nacionalista com a intenção de dar-lhes coerência; contudo, tal experiência fracassou logo em seguida⁷. A irrupção do populismo de Arturo Alessandri acelerou o colapso da ordem oligárquico-parlamentar e abriu um período de forte instabilidade (1924-1932), marcado pela intervenção das Forças Armadas. A crise que fustigou os antigos partidos e o rompimento institucional criaram terreno para o renascimento do nacionalismo, desta vez sob o manto do fascismo.

Em 1932, em pleno caos, fundou-se o Movimento Nacional Socialista (MNS), apoiado no ideário nazi-fascista e encabeçado por Jorge González von Marées. Rechaçando tanto o liberalismo como o marxismo, o

nacismo chileno levantou a bandeira fascista-nacionalista como a única alternativa para o país. Do fascismo recuperou a "terceira via", a visão orgânica da sociedade, o corporativismo, a posição das elites, a crença na violência política, as tendências totalitárias, a figura do líder, a glorificação do heroísmo e do sacrifício. Do nacionalismo chileno tomou a herança do início do século, a figura de Portales e identificou a nação como um sujeito histórico. Seu discurso incendiário e sua ação violenta contra os socialistas atraíram muitos jovens, que engrossaram as fileiras do movimento e suas "Tropas *Nacistas* de Asalto" (TNA)⁸. A recobrada da institucionalidade, em fins de 1932, colocou o *nacismo* em uma posição marginal, mas ainda com suficiente impacto para que o Presidente da República mantivesse seus olhos permanentemente sobre ele, especialmente a partir do momento em que seu líder e outros membros do Movimento chegaram ao Congresso. Na eleição parlamentar de 1937, o MNS obteve 3.5% dos votos, enquanto os comunistas obtiveram 4.2% e os socialistas, 11.2%, todos eles partidos novos. A votação alcançada pelo *nacismo* não pode ser considerada tão baixa, se considerarmos esses dados e o fato de que a esquerda havia subido sua porcentagem, graças à constituição da Frente Popular em 1936⁹. A intenção de von Marées de dar um "putsch" contra o governo em 1938, com o apoio do antigo líder militar Carlos Ibáñez e de parte da oficialidade do Exército, no entanto, minou em grande parte sua carreira política e sua qualidade de chefe indiscutível do nacionalismo chileno. O assassinato de 60 jovens *nacistas* pelas mãos das autoridades, durante a intentona, destruiu sua liderança¹⁰.

A denominada "Matanza del *Seguro Obrero*" deslegitimou a bandeira *nacista* como opção política. O horror causado pela falta de consciência "d'El Jefe", ao induzir os jovens à morte, e as incoerências de sua direção tiraram da ilusão muitos crentes na

nova "fé". No final, o MNS se desintegrou e seu líder foi encarcerado e submetido a um exame psiquiátrico. Seu fim, contudo, também arrastou o nacionalismo. Ao apresentar-se preferencialmente como nacionalista, apesar de sua identificação com o nazismo, o MNS associou, na imagem social, nacionalismo com fascismo, fazendo com que o desmoronamento de um atingisse diretamente o outro. O avanço nazista na Europa em fins dos anos trinta, por outro lado, acentuou os temores e o inabilitou politicamente, à medida que Hitler submergia o mundo em um banho de sangue. Em 1938-1939, o nacionalismo chileno estava totalmente desacreditado, carente de um condutor e vagando perdido em um sistema político, que se firmou mais ainda logo após o "putsch".

No entanto, a responsabilidade de Alessandri na morte dos *nacistas* debilitou a posição do representante governista, na eleição presidencial de 1938, e facilitou o triunfo do candidato da Frente Popular. A presença dos comunistas, na coalizão do novo governo, atemorizou a elite, que havia sido deslocada do aparato estatal, e reavivou o sentimento anticomunista na sociedade. Assim, os efeitos políticos do "putsch" *nacista* ao mesmo tempo em que debilitaram socialmente o nacionalismo fascista, fazendo-o mais marginal, também o fortaleceram no plano propositivo. Com efeito, a imagem da Espanha dilacerada com a experiência da frente popular ofereceu argumentos para que o nacionalismo se revalidasse como barreira na defesa da nacionalidade, dos seus valores e instituições: a vitória da Frente Popular no Chile era "o começo de uma luta que, mais tarde, pesará fortemente sobre os destinos da nacionalidade"; devia-se combater "a lepra marxista desqualificada (...) que destrói as sementes da fidelidade e amor à pátria". Os "Grupos de Defesa" nacional-fascista "varreriam o socialismo, as chamadas forças democráticas"¹¹. Os êxitos de Hitler nos dois

primeiros anos da guerra também o avalizaram. Ao contrário das democracias liberais, que sucumbiam, os tanques e aviões alemães demonstravam a superioridade nazista pressagiando um mundo de "justiça e verdade que apaziguaria os espíritos"¹². Nesse sentido, a guerra e a vitória da Frente Popular tiveram o paradoxal efeito de consolidar a opção política do nacionalismo, já que, em sua visão, a pátria estava em perigo e necessitava de uma ferramenta de salvação que só o nacionalismo poderia oferecer. Sobretudo e ao mesmo tempo, o manteve em uma posição de absoluta marginalidade, dada a sua proximidade ideológica com o fascismo. Consolidação e marginalidade seriam o destino do nacionalismo chileno no século XX

A matriz ideológica do movimento nacionalista, depois de 1938 e até 1942, era constituída pelo fascismo, pelo corporativismo e pela tradição nacionalista chilena. Tanto o Partido Nacional Fascista, herdeiro do MNS, como a Frente Nacional Chilena (FNCH) e o Movimento Nacionalista do Chile (MNCH) mantiveram seus elementos substanciais. Continuaram reivindicando os direitos do sentimento frente ao racionalismo, revalorizando o "sacrifício" e o "heroísmo" de sua "missão": "a redenção do povo", uma "cruzada de salvação nacional", para a qual partiam "orgulhosos ao combate"¹³. Conservaram a visão hierárquica e seletiva da sociedade, em que o poder seria exercido "pelos melhores", inculcando "conceitos de hierarquia e disciplina sociais"¹⁴. O Estado orgânico corporativo seria a melhor forma de organização, "a nação criadora de fins supremos e o Estado como instrumento para sua realização (...), as corporações (como) órgãos naturais por meio dos quais se expressa a vida nacional". Por isso, "o Estado do amanhã" deveria ser corporativo, "descansar nos organismos que representem o trabalho nacional (...), a família, grêmios, corporações"¹⁵. No terreno econômico-social,

o nacionalismo seguiu considerando o capital, a propriedade e o trabalho como uma função social, priorizando o interesse geral para conseguir a harmonia e a justiça social, com tendência à eliminação dos "trustes e cartéis". O trabalho era um direito e um dever, além de os trabalhos, em geral, serem "única fonte de direitos políticos os que forem exercidos dentro de grêmios e corporações"¹⁶. No tocante à liderança, o nacionalismo não pôde evitar o legado de González von Marées, e "o Chefe" esteve presente em todos os casos, mesmo porque ninguém conseguiu alcançar a notoriedade do líder *nacista*. O momento requeria um "homem capaz de conter, com sua energia, a pátria que deslizava pelo despenhadeiro fatal", alguém que fosse "garantia para nossas futuras conquistas".¹⁷ Por último, também se manteve a legitimidade da violência política na "luta contra o mal", porque "a luta e vida", para "opor violência à violência"¹⁸. Da tradição nacionalista chilena, reivindicou-se o gênio de Portales, "estruturador de nossa nacionalidade, alguém que soube colocar nos trilhos o país, pelas vias do progresso...", e que colocou o Chile em lugar de destaque na América do Sul; reivindicou-se também a crítica aos partidos e o sentido antioligárquico¹⁹. Desse modo, até 1942, o nacionalismo, como movimento, havia criado um espaço no espectro político nacional, apoiado no auge fascista-corporativo mundial e, no entanto, pelas mesmas razões, quase que não tinha impacto social. Sua força eleitoral, após 1938, havia diminuído substancialmente, quase desaparecendo.

No entanto, o retrocesso das potências do Eixo a partir de 1942 e a possibilidade de os aliados ganharem a guerra obrigaram o nacionalismo a repensar-se. Como é sabido, desde o ataque japonês a Pearl Harbor, no final de 1941, os Estados Unidos acentuaram suas pressões sobre os países latino-americanos, para que eles rompessem suas relações com o Eixo e adentrassem na luta

contra o fascismo. Frente a isso, o nacionalismo chileno defendeu a autonomia e a neutralidade, retomando as tendências anti-norte-americanas do começo do século, insistindo na necessidade de que o Chile se mantivesse à margem do conflito, "qualquer que fosse o resultado das grandes batalhas"²⁰. A fórmula, para resistir legitimamente à propaganda norte-americana, era enfatizar o caráter iberoamericano dessa parte do continente e do Chile: "uma política própria na América e para o bem da América". Ela devia se preparar para, uma vez concluída a guerra, ter um lugar respeitável em nível internacional, o que dependia da unidade iberoamericana e da solidariedade com aqueles países do continente, que apresentavam conduta similar à chilena; ou seja, "a união estreita com a Argentina como força revigorante de nossa posição internacional"²¹. No plano ideológico, isso implicou uma mudança na base doutrinária do nacionalismo chileno, que começou a distanciar-se do fascismo e a aproximar-se do hispanismo, por meio de uma reivindicação de cunho iberoamericano: a "União Nacionalista propunha a independência do Chile e da Ibero-América de toda vassalagem estrangeira." Os povos iberoamericanos deveriam unir-se "em uma grande comunidade cultural, econômica e política...", unidade herdada de seu passado colonialespanhol²². Sob essa óptica, com a sequência da guerra, o nacionalismo chileno enfrentou, novamente, a necessidade de defender sua existência. Dessa vez, isto significou um giro ideológico que se aproximou mais da tradição cultural chileno-hispânica, e que lhe permitia uma aproximação com setores mais institucionalistas. Ao livrar-se do peso fascista, o nacionalismo esperava facilitar mais seu acesso à base social.

A mudança do referencial doutrinário implicou uma revalorização do legado cultural da Espanha, como formadora da identidade iberoamericana, a qual havia herdado da "mãe

pátria" a linguagem e a religião, que lhe davam a unidade cultural e espiritual. A crença nas sociedades hierárquicas e na posição das elites era coerente com a idéia de justiça social e bem comum, próprios do império espanhol²³.

Nenhum grupo expressou melhor essa transição no pensamento nacionalista do que os "*Estanqueros*", que surgiram em 1946. Retomando a herança nacionalista do princípio do século, esse grupo trouxe à tona Portales e sua obra, tendo seus integrantes "o comum nutrimento da tradição portaliana e *estanquera*"²⁴. A figura de Portales lhes foi útil para retomar o sentido de missão que estabelecia o hispanismo: a decadência por eles percebida só podia ser superada, recuperando-se a ambição histórica e a consciência de um destino, tal qual Portales o havia feito no século XIX. Ela poderia representar "uma minoria plena de fé", que interpretava o destino nacional e dava ao Chile uma razão de ser e um lugar na civilização ocidental. Assim, o descobrimento da América era o momento em que "o sol espanhol (...) chamou (as raças de 'olhos oblíquos') a participar do destino do ocidente". Na tradição hispânica estava "a nossa possibilidade de ter uma razão de existência na história". Tal postura permitiu reforçar as tendências iberoamericanas em formação, pois elas significavam "vontade de ser e instinto de conservação". A conjunção do hispanismo e a tradição nacionalista portaliana consolidaram a tendência ao autoritarismo e à visão elitista e hierarquizada do poder. Com a proposta de um "Portalianismo contemporâneo", os *estanqueros* pretendiam voltar a livrar a autoridade das pressões de grupos - como teoricamente o fez Portales - além de serem intérpretes da herança cultural espanhola-ocidental e representantes de todos os membros da comunidade nacional. Tratava-se de um novo Estado de corte autoritário,

porém justo, e encarregado de conduzir o destino nacional e a pátria²⁵.

Em síntese, em meados do século, encontramos um movimento nacionalista inclinado, em sua totalidade, ao hispanismo como referencial doutrinário, distante do fascismo. Isto, contudo, não conseguiu diminuir sua marginalidade social e política, uma vez que o sistema continuou sendo monopolizado e legitimado pelos partidos marxistas, liberais e social-cristãos. A ausência de uma ameaça marxista real e de uma "aflição nacional", que desse eco ao discurso nacionalista, manteve-o às margens do sistema sem conseguir provocar a menor transformação nele.

2 - NACIONALISMO E FORÇAS ARMADAS: CAMINHOS QUE SE CRUZAM.

A marcante identificação com o fascismo levou o nacionalismo chileno, dos anos trinta, a adotar uma linha que buscava convertê-lo em um verdadeiro movimento social, com grande simpatia por parte da massa, capaz de produzir uma fé cega na doutrina e uma mobilização de acordo com essa convicção inegociável. A desilusão provocada pelo *nacismo*, por seu líder e por sua fraca influência política, todavia, induziu os simpatizantes dessa tendência a buscarem outras alternativas para conseguirem uma mudança substancial do sistema e realizarem sua desejada revolução nacionalista.

Prematuramente, o próprio líder *nacista* deu-se conta de que sua intenção, de fazer do nacionalismo (MNS) um movimento capaz de converter-se em um considerável adversário aos partidos e ameaçar o sistema democrático-liberal dominante, não tinha futuro. Em 1938, ele explicitava: "Há tempos convenci-me de que o *nacismo* não conseguirá, jamais, impor-se como tal"²⁶. Tal convicção induziu o nacionalismo-fascista a buscar um homem, que encarnara os

princípios nacionalistas e tivera qualidades de líder em um amplo espectro social; tal pessoa foi o general Carlos Ibáñez.

Destituído em 1931, o general Ibáñez não perdeu totalmente sua base de apoio, uma vez expulso do poder. No interior das Forças Armadas, principalmente no Exército, contava com notável respaldo entre a oficialidade, pois sua gestão (1927-1931) havia significado, para essas instituições, uma época de esplendor. Bem tratadas, com um orçamento maior, reequipada, com melhores salários e instrução, as Forças Armadas foram modernizadas e revalorizadas. A realidade que sucedeu a tomada do poder pelos civis, em 1932, era completamente distinta, prevalecendo o abandono doutrinário, a baixa concessão orçamentária, os baixos salários e a imposição de um Alto Comando comprovadamente constitucionalista, que impedia a manifestação de qualquer descontentamento. Desde 1932, as Forças Armadas viviam a tensão entre o respeito formal à Constituição, que se traduzia na ausência de expressões políticas, e uma profunda frustração por sua desvalorização social, pelo abandono em que se encontravam e pela falta de uma orientação doutrinária, desde o momento em que a sociedade civil as havia ajudado a reinsere-se na sociedade²⁷. Ibáñez, portanto, aparecia como o homem que lhes devolveria o lugar a que aspiravam. Mas isso não era tudo, pois setores civis também acreditavam no ex-ditador. Sua imagem de mandatário eficiente, apolítico, modernizador e preocupado com o bem comum lhe dava uma reserva social, que mesmo não sendo majoritária, não devia ser desprestigiada. Como todo líder populista, Ibáñez tinha um amplo espectro de seguidores e por razões diversas. O nacionalismo foi um deles, e também o mais fiel.

A insistência ibañista em recuperar o poder levou-o a distintas tentativas para consegui-lo, dentro da esfera legal ou fora dela. Em 1938, apresentou-se como candidato à eleição

presidencial, acompanhado pela heterogênea Aliança Popular Libertadora, que reunia ibañistas organizados, micro-partidos independentes, alguns socialistas, radicais, *nacistas* e ex-oficiais do Exército. De fato, o *nacismo* foi a primeira organização a anunciar sua candidatura. Dentro da oficialidade, segundo um oficial da época, grande parte era partidária de Ibáñez, "pelo fato de haver sido um homem de suas fileiras e haver demonstrado, durante seu governo, inegáveis qualidades de patriotismo, honestidade e caráter..."²⁸. Contudo, a falta de confiança em ganhar a eleição, por meio de uma maioria de votos, e as garantias governamentais fizeram com que Ibáñez e o líder do MNS tentassem o "putsch", já citado anteriormente, que custou a vida dos jovens *nacistas*. Em 5 de setembro de 1938, as "Tropas *Nacistas* de Asalto" tomaram a Universidade do Chile e o edifício do *Seguro Obrero*, enquanto "O Chefe" anunciava, "por meio de uma rádio clandestina, o início da revolução" e assegurava contar com o apoio do Exército: "O regimento Buin já saiu do quartel e também está vindo o regimento Maipo..."²⁹ Ibáñez, "a alma do movimento revolucionário", segundo González von Marées, foi apressado e teve que renunciar à sua candidatura, para mais tarde partir para o exílio.

Com o líder *nacista* e Ibáñez encarcerados, o nacionalismo sumiu em meio ao caos, assegurando-se com isso o triunfo da Frente Popular. A presença do comunismo nas fileiras da Frente reativou o nacionalismo, que voltou a incentivar as Forças Armadas para derrotar o marxismo e iniciar a revolução nacionalista. A tarefa não era tão difícil, uma vez que a repressão ao "putsch" provocou uma profunda cisão entre o Alto Comando do Exército e a oficialidade que não o aceitou, além da convicção militar de que a Frente Popular amparava o marxismo. A conjunção desses processos favoreceu uma nova tentativa golpista, com Ibáñez encabeçando o

movimento. Com efeito, em 25 de agosto de 1939, os generais Ibáñez e Ariosto Herrera, fervoroso anticomunista e ardoroso admirador do fascismo, instaram o regimento Tacna, "foco da subversão, inspirado pelo prejuízo de seus interesses devido às medidas populares do governo comunista", o regimento Cazadores e a Escola de Comunicações a se sublevarem contra o governo. As forças leais e a mobilização civil frustraram o intento³⁰.

A participação de elementos nacionalistas no complô foi comprovada. Nessa ocasião, tratou-se da Frente Nacional Chilena, profundamente antifrentista e convencida de que as Forças Armadas deveriam ser "o fator estabilizador essencial do país", encarregadas de superar "o doentio ódio de classes (...) por um fraternal sentido de solidariedade..."³¹. Para a FNCH, as Forças Armadas eram depositárias da tradição e da conservação da integridade territorial, pelas quais se identificavam com a nação. A união entre nacionalismo de direita e Forças Armadas recebeu um novo apoio quando, em fevereiro de 1940, criou-se o Movimento Nacionalista do Chile, com o explícito propósito de reivindicar a memória do "Ariostazo", pois a pátria seria fortalecida e exaltada com "a dignificação e o respeito às Forças Armadas (...), escolas de disciplina da cidadania"³².

Apesar do fracasso do complô, os nacionalistas continuaram a ver em Ibáñez o seu líder. Por isso, o Partido Nacional Fascista, a Vanguarda Popular Socialista e o Movimento Nacionalista do Chile o acompanharam em sua candidatura presidencial de 1942. A derrota significou a união dessas distintas agrupações na União Nacionalista que, a partir de 1943, iniciou o processo de reunião de todos aqueles que apoiavam "os princípios de ordem e queriam restabelecer o patriotismo". Tal propósito se materializou na fusão da União Nacionalista com os ibañistas do Movimento Nacional Ibañista, em 1944.

Entretanto, essa via legal não eliminou a golpista. A admiração de Ibáñez por Perón e a experiência justicialista na Argentina o induziu a buscar, novamente, o caminho do complô, dessa vez contra o Presidente Gabriel González Videla, em 1948. O nacionalismo voltou a acompanhá-lo nessa tentativa, ainda mais quando se estava produzindo a transição doutrinária ao hispanismo. A união iberoamericana, proposta por esses movimentos, poderia realizar-se com a aproximação entre o Chile e a Argentina através de seus líderes, Ibáñez e Perón. O complô buscava substituir o Presidente González Videla por Ibáñez, para sincronizá-lo com o governo peronista. A subversão foi apoiada por oficiais e sub-oficiais do Exército, cansados da escassez econômica a que estavam condenados. Do mesmo modo, participaram três organizações nacionalistas Ação Chilena Anticomunista (ACHA), vinculada aos *estanqueros*, Condores do Chile e Ação Chilena-Argentina, entidade na qual participavam elementos pró-ibañistas, oficiais do Exército na reserva, *ex-nacistas* e nacionalistas. De acordo com o processo judicial, haviam estado em contato com o próprio Perón e com a União Cívica Nacionalista Argentina³³. O fracasso do complô não inabilitou Ibáñez politicamente, que voltaria à arena política um ano mais tarde, trazendo consigo o nacionalismo.

De fato, em 1949, Ibáñez foi eleito senador por Santiago, iniciando o caminho até a Presidência da República na eleição de 1952. O esgotamento do estilo político dos acordos, a irrefreável inflação, o encarecimento do custo de vida e a deteriorização dos partidos determinaram seu triunfo. Ele capitalizou o descontentamento e o fastio de grande parte da sociedade, retomando a bandeira do populismo e apresentando-se como "o salvador da nacionalidade". Apostou nas "forças vivas da nação", numa ação "purificante" e na harmonia social³⁴. O nacionalismo *estanquerista* respaldou a

candidatura "do General da Esperança", pois ele repetiria o ocorrido "com Perón na Argentina e Vargas no Brasil, (apoiados) por irresistíveis forças populares..."³⁵. Ibáñez, segundo sua percepção, imporia uma gestão portaliana, com comando, hierarquia, trabalho e justiça; era, segundo o líder Jorge Prat, "a esperança de um povo". Outros grupos nacionalistas também apoiaram Ibáñez pela comunicação espontânea que se havia estabelecido entre ele e a massa: "Estamos com Ibáñez, porque tem-se produzido um despertar intuitivo do Chile contra o politiquero, (...) inimigo da pátria..."³⁶.

Contudo, a década de cinquenta começava a mostrar os limites do populismo desenvolvimentista. Com uma conjuntura econômica desfavorável, Ibáñez não contou com os recursos necessários para financiar o gasto público exigido por uma política populista. A inflação aumentou e as greves se intensificaram, enquanto a oposição o pressionava por medidas de estabilização. Tal como ocorreu a Perón, Ibáñez começava a ser estrangulado pelo populismo-desenvolvimentista. Em tal estado de crise, Ibáñez recorreu ao nacionalismo, chamando para seu gabinete o líder *estanquero* Jorge Prat, que se tornou, em 1954, seu Ministro da Fazenda. Prat assumiu, com o objetivo de frear o desfinanciamento fiscal, mediante uma política de restrição ao gasto público. Por essa política, tentou reduzir o número de funcionários na Administração Pública, restringir os créditos aos bancos privados, fazer uma reforma tributária e regular os preços e as remunerações, controlando, ao mesmo tempo, a atividade sindical. A forte oposição a essas medidas determinou sua saída do gabinete no começo de janeiro de 1955³⁷.

O fracasso dessa última tentativa levou à aventura golpista, dessa vez, autogolpista. A influência que Ibáñez ainda tinha entre a oficialidade do Exército havia sido demonstrada durante a campanha

presidencial, quando dentro desse grupo se criou o PUMA (*Por Un Mañana Auspicioso*), para assegurar a vitória, caso o general não obtivesse uma maioria absoluta. "Devia-se demonstrar, a seu generalíssimo de guerra, que as Forças Armadas estavam ferreamente unidas ao redor de sua pessoa...". O ponto morto a que se chegou em 1955 induziu Ibáñez a recorrer aos quartéis, de onde culpou os políticos e o Parlamento de não "o deixarem governar", pretendendo envolver as Forças Armadas no conflito. A ação da Junta Qualificadora do Exército, que eliminou vários oficiais ibañistas no começo de 1955, favoreceu a união entre eles e o Presidente, surgindo o grupo militar conspirativo "*Línea Recta*". Seu objetivo era produzir uma transformação completa, desde o Alto Comando do Exército e da Força Aérea, e colaborar com o Presidente. Os militares observavam que certos interesses particulares "obstruíam o progresso do país e o bem-estar da população, e era impossível eliminá-los dentro da normalidade institucional (...), era necessário que se abrisse um parêntese em nossa continuidade institucional para se estabelecer um governo de fato (...), que (transformasse) política, econômica, administrativa e socialmente a República"³⁸. A intenção de massificar a "*Línea Recta*" dentro do Exército determinou sua ruína e o fim da última aventura golpista de Ibáñez. Como em ocasiões anteriores, o nacionalismo esteve por detrás do complô. Mesmo que, superficialmente, a "*Línea Recta*" tenha se identificado como um movimento nitidamente militar, a presença de Jorge Prat durante sua reunião de constituição e o fato de a autoria do Manifesto do grupo ser atribuída a ele voltaram a vincular o nacionalismo direitista às Forças Armadas. Ainda que sua participação não tenha sido comprovada no processo judicial, o Manifesto continha claros elementos nacionalistas: "Chegou o momento em que (...) os elementos não contaminados do país devem se unir em torno de idéias

básicas que constituam um plano de austeridade, progresso e bem-estar, junto a homens limpos, patriotas e capazes, possuídos pelo fervor do serviço à pátria. " O Ministro do Interior, que acompanhou Prat durante os últimos e difíceis dias de 1954, afirma que o Manifesto era obra do líder *estanquero*, e toda a imprensa insistiu na veracidade de sua participação até finais de 1956³⁹.

Até esse momento, todas as vinculações do nacionalismo com as Forças Armadas tinham um objetivo comum de corte golpista. Ibáñez tinha, na oficialidade, um núcleo que lhe era fiel, o qual poderia atrair para suas aventuras, porque lhes assegurava melhorias corporativas, em um contexto de decadência dessas instituições. Por seu lado, os oficiais viam no ex-ditador a possibilidade de tornar realidade seus anseios. Os nacionalistas, por outro lado, o viam (Ibáñez) como o meio que lhes permitiria envolver as Forças Armadas em suas conspirações, para por fim a uma ordem que desconheciam.

Os resultados da eleição presidencial de 1958, na qual o candidato marxista Salvador Allende obteve a segunda melhor votação, muito próxima da obtida pelo vencedor direitista, foram um sinal de alerta. 1958 mostrou a possibilidade de o marxismo chegar ao poder pela via legal, dadas as características do sistema político, o que não poderia ser impedido: "o governo de (Jorge) Alessandri será um governo gerencial... que permitirá o crescimento do marxismo..."⁴⁰. A chegada da Democracia Cristã ao poder em 1964, com seu projeto de "Revolução em Liberdade", atemorizou mais ainda a ultradireita, uma vez que o governo de Eduardo Frei pretendia fazer reformas ao sistema de propriedade e acentuar a mobilização social. A realização da reforma agrária, a colocação em prática da "promoção social" para integrar os marginalizados e a polarização político-ideológica, que essas medidas provocaram, mostraram o

esgotamento do "Estado de Compromisso" na "estável democracia chilena".

Essa radicalização do final da década de sessenta colocou o nacionalismo diante do desafio de revisar seus fundamentos. O clima de enfrentamento que começou a caracterizar a política chilena, a aparição de forças revolucionárias influenciadas pelo exemplo cubano e o aumento das demandas sociais, fruto das reformas do governo de Frei, tornaram evidente que o sistema requeria mudanças profundas. Já em 1968, o líder *estanquero* Jorge Prat assinalou, em sua "Tese do vazio de poder", a estagnação enfrentada pelo Chile. O "vazio de poder" que ele detectava seria preenchido por uma das duas forças decisivas: "a internacional, que representa o Partido Comunista, monolítico, prudente e munido de um eficaz e provado plano de ação; ou a nacionalista que, diante da crise partidária, representa as Forças Armadas chilenas, unificadoras e também preparadas"⁴¹. Desde a época dos *estanqueros*, Prat vinha insistindo em um papel mais ativo para as Forças Armadas dentro da vida nacional, motivo pelo qual devia outorgar-lhes não somente mais orçamento como também dar-lhes novas tarefas sociais: "fazer do fuzil e da pá as duas ferramentas de edificação da pátria", pois as Forças Armadas eram a "sustentação do regime democrático"⁴². A medida que o sistema se mostrava incapaz de controlar as cada vez mais exigentes demandas sociais, Forças Armadas e nacionalismo de ultradireita voltariam a se reunir.

Em 21 de outubro de 1969, o general Roberto Viaux se aquartelou no regimento Tacna e exigiu uma pronta solução para os problemas que afligiam os organismos de defesa. A ênfase do governo democrata-cristão nos planos sociais acentuou a despreocupação pelas Forças Armadas, que viram diminuir seu orçamento, os salários dos oficiais e a modernização dos implementos bélicos. O abandono que muitos militares

estavam fazendo de suas carreiras, pela falta de um horizonte profissional e pelos soldos, que "eram extremamente baixos", alimentou o espírito deliberativo e a indisciplina⁴³. As demandas do "Tacnazo" referiam-se à solução urgente da falta de meios da instituição, às remunerações e a uma mudança substancial no Alto Comando, visto como cúmplice das autoridades civis em sua desatenção pelos militares⁴⁴.

Nessa oportunidade, o nacionalismo esteve presente de duas maneiras. Membros do Partido Nacional, um *ex-estanquero*, Mario Arnello, e o presidente do partido, Sérgio O. Jarpa, antigo nacionalista simpático ao peronismo, foram processados pela justiça militar "por pregarem o 'Tacnazo' ao Grupo nº7 da FACH". Durante o discurso de Jarpa pelo rádio, com esse intuito, ele reafirmou a necessidade de dar às Forças Armadas um papel mais ativo no contexto "da Era do Pacífico". Desse modo, o Comandante em Chefe do Exército, durante a Unidade Popular, assegurou que Jorge Prat teve contatos com Viaux antes do "Tacnazo", e que este "tinha uma finalidade política clara, arquitetada em diversos corredores durante os meses imediatamente precedentes. Obscuros personagens civis e fardados se preparavam para mover as peças de xadrez."⁴⁵. Da mesma forma, grupos nacionalistas - Tizona e o renascido nacional-sindicalismo - estiveram analisando a problemática militar durante os meses anteriores ao aquartelamento, curiosamente nos mesmos conteúdos que, a seguir, o "Tacnazo" assumiu. Vários de seus membros estiveram, mais tarde, envolvidos no assassinato do Comandante em Chefe do Exército em 1970, René Schneider.

Embora o "Tacnazo" parecesse mais uma tentativa golpista, seus efeitos políticos e os grupos que estavam "analisando" o tema militar nesse momento revelaram os planos de mais longo alcance, que estavam por detrás do aquartelamento; e que o triunfo da Unidade Popular fez explodir.

3 - O CAMINHO ATÉ O GOLPE: NACIONALISMO, DIREITA E FORÇAS ARMADAS.

A vitória de Salvador Allende, na eleição de 1970, terminou por fechar o círculo que vinha fazendo o nacionalismo em torno das Forças Armadas. A eleição de um marxista para a Presidência pela via legal, fato inédito na história, perturbou importante parte da direita, toda a ultradireita nacionalista e inquietou as Forças Armadas. O caminho necessário para envolver os militares na vida política entrava em sua fase final.

O "Tacnazo" produziu uma explosão nacionalista, pois "esses oficiais e sub-oficiais, ao custo de seu sacrifício pessoal, deram sentido patriótico a uma ação"; a preparação do "Tacna" era "um símbolo de arrojo e rebeldia que as juventudes militares e civis reconheceram e que possibilitará, amanhã, um novo destino para a pátria"⁴⁶.

Esse redespertar nacionalista foi induzido pela significação que alcançou a figura de Viaux. Desde o momento do "Tacnazo", o general rebelde foi identificado como o líder que o nacionalismo estava necessitando desde os tempos de Ibáñez, uma mescla de Oliveira Salazar e Portales: "um homem de espadas (...), homem perseguido e digno (...), que não havia tido o medo de tantos outros militares ao meter-se na política, tomando as bandeiras que acreditava serem justas"⁴⁷. Assim, o líder do "Tacnazo" se converteu, e junto com ele as Forças Armadas, em uma opção política explícita para impor "um Novo Regime severo no exercício da autoridade (...) e no qual deveria ser outorgada uma maior participação às forças vivas do país para o traçado de seu destino..."⁴⁸.

A tradicional aproximação do nacionalismo de direita com os militares havia tido, como se indicou, um caráter fundamentalmente golpista. O nacionalismo via em Ibáñez, e com ele, nas Forças Armadas, um veículo para derrotar a ordem democrático-liberal para, em seguida, organizar um Estado

Nacionalista civil. O que ocorreu com o "Tacnazo" foi distinto. A partir desse momento, a importância dos institutos castrenses se revelou programática. Os altos índices alcançados pelas demandas sociais, no final da década de sessenta, e o triunfo marxista não poderiam ser freados nem por um sistema nem por um nacionalismo socialmente débil. A via oferecida pelo "Tacnazo" era irresistível, tanto porque mostrava coincidência no terreno doutrinário, como porque revelava um caudillo e uma instituição que encarnava a pátria e, além do mais, mostrava-se como dona da força em claro processo de deliberação. Os militares não poderiam aceitar a presença, no poder, de um partido que propunha a luta de classes, já que eram os "depositários das mais nobres tradições". A tarefa dos movimentos nacionalistas, então, consistia em argumentar a favor de uma presença militar na política de forma permanente, pois o "Chile é o que é, graças a suas Forças Armadas, (e) nos momentos mais terríveis em que a nação possa ser afetada (...), sempre será possível abrir um novo caminho enquanto se mantiver incólume essa reserva de moral e eficiência, de disciplina e integridade cidadã, que o pavilhão de nossas armas cobre"⁴⁹. Com a chegada da Unidade Popular ao governo em 1970, o nacionalismo decidiu impelir as Forças Armadas à aberta deliberação, à indisciplina e ao golpe, para criar uma nova ordem de corte nacional-militarista.

A tarefa não era tão complicada, quando se pensa que a Unidade Popular e sua "via chilena ao socialismo" criou o marco propício para a luta nacionalista contra "o marxismo ateu", divisionista e pró-moscovita, ainda mais quando o nacionalismo havia conseguido atenuar sua marginalidade, ao ingressar na direita institucional em 1966. De fato, a raiz do notório retrocesso nas eleições parlamentares de 1965, a perda de confiança em si mesma e o impacto das reformas do governo de Frei fizeram com que a antiga

direita acreditasse enfrentar sua iminente desapareção⁵⁰. A partir de então, a convicção na necessidade de renovar-se ideologicamente, para adequar-se aos tempos de mudança que ocorriam, foi generalizada, tanto entre os liberais como entre os conservadores. Esse afã implicou uma aproximação entre esses expoentes da direita histórica e os grupos nacionalistas marginais, antidemocráticos, autoritários e porta-vozes de um ideal militarista de sociedade, criando uma nova direita.

Em meio às discussões para a nomeação do candidato direitista para a eleição presidencial de 1964, o nacionalismo estanquerista decidiu levantar a candidatura de seu líder Jorge Prat. A campanha dos "homens livres", como ela foi denominada, convidava o povo a "edificar, juntos, o grande movimento de fé, unidade, e resgate da pátria" para destruir uma ordem "decrépita", realizando uma "rebelião construtiva". Mantendo o pensamento autoritário *estanquerista*, o programa *pratista* propunha limitar os poderes parlamentares, como os de eleger o Presidente da República entre as duas primeiras maiorias, outorgar ao Executivo a faculdade de chamar o plebiscito, dissolver o Congresso por uma vez e retomar "a tradição portaliana" da reeleição. O Chile devia recuperar seu caráter de país marítimo "com a face voltada para o Pacífico e seus vastos e promissórios domínios", recriando uma grande marinha mercante. Seguindo suas idéias tradicionais, Prat insistiu na necessidade de revalorizar a função social das Forças Armadas, porque elas eram "um baluarte para a chilenidade", encarregadas de defender a soberania nacional e "desenvolver uma tarefa civil (...) que dê progresso a nosso desenvolvimento". Por isso, dever-se-ia melhorar substancialmente o orçamento (das Forças Armadas) e aumentar suas atribuições, para que pudessem cumprir sua missão: "a defesa da organização interna (do país) e de suas leis (...), e defender nossas instituições

(...) se elas forem atacadas, se forem colocadas em perigo"⁵¹.

Essa plataforma foi a base da renovação ideológica que a direita iniciou nos anos sessenta. Convidado pela direita histórica, o nacionalismo ingressou no Partido Nacional, entrando, pela primeira vez, na "verdadeira política". Apesar de sua presença não ser majoritária, o programa da nova direita traduzia as linhas do pensamento nacionalista, quando anunciava "o fim do mundo que nasceu com a Revolução Francesa" e definia sua luta pela "instalação de uma democracia orgânica", para "forjar um destino nacional". Reconhecia-se explicitamente nacionalista, tanto que a nacionalidade se fundava "no povo, na tradição, no meio geográfico", que se realizariam através do "Estado Nacional protetor da herança histórica e cultural...". O Chile voltaria a estar "em forma", "abrindo-se para o Pacífico", recuperando a autoridade e incorporando as Forças Armadas como "fator dinâmico e efetivo do progresso educacional, técnico e econômico do país"⁵².

Para tanto, em 1970, quando Salvador Allende foi eleito Presidente, o nacionalismo já tinha, como aliados, um ex-general do Exército, de grande prestígio na instituição, parte da oficialidade e parte da direita. O projeto integrador das Forças Armadas, estabelecido pelo nacionalismo desde os anos quarenta, agora tinha novos e mais poderosos porta-vozes.

A luta do nacionalismo contra Allende e a Unidade Popular adotou, desde o início, distintas formas. Somou-se, originalmente, ao intento legal da direita, o de evitar que o Congresso ratificasse sua estreita vitória nas urnas mas, paralelamente, participou de uma tentativa de seqüestro do Comandante em Chefe do Exército, General René Schneider, para criar um ambiente de caos e induzir as Forças Armadas a tomarem o poder, instaurando um governo forte e nacionalista⁵³. O assassinato do General durante o atentado frustrou esse caminho e obrigou o

nacionalismo a convencer, doutrinariamente, as Forças Armadas a intervirem na política de maneira permanente.

Segundo o nacionalismo, estava-se assistindo ao fim da ordem democrático-liberal, momento no qual se rompia o tradicional equilíbrio Nação-Povo-Milícia, razão pela qual argumentavam com "um desequilíbrio das Forças Armadas a favor da nação". Em outras palavras, no processo de dissolução dessa ordem, que morria, dispersavam-se seus elementos constitutivos, fazendo-se necessário um corpo nacional para reintegrá-los e a criação do novo Estado; esses seriam tanto as Forças Armadas (porque elas tinham um caráter nacional e não estatal), como os grêmios, a universidade, o município - as forças vivas - que "eram anteriores ao Estado"⁵⁴. O "Novo Regime" a ser criado era o Estado Militar em poder das Forças Armadas, "as grandes protagonistas da história futura, condutoras permanentes da nacionalidade", pois elas eram "a expressão histórica de uma tarefa permanente: a criação da pátria chilena", o que as obrigava a "não serem meros espectadores do despedaçamento do país". O perigo que ameaçava a nação, com o governo da Unidade Popular, era evidente ao relaxarem-se os códigos morais que regiam a sociedade, debilitando-se a unidade, a solidariedade e o espírito "de serviço heróico", ainda mais quando se buscava a destruição dos valores espirituais com ideologias "alheias ao ser nacional"⁵⁵. Ao argumentar doutrinariamente que as Forças Armadas somente respondiam à nação, o nacionalismo assentou as bases da sua autonomia em relação ao Estado.

Assim afirmou o líder de "Tacna", quando foi interrogado sobre qual seria a solução para o conflito político despertado com a Unidade Popular: "somente as Forças Armadas. Não há outra alternativa (...). Deve-se evitar o marxismo, política, ideológica e culturalmente (...) as Forças Armadas devem vir (...) a resistir. Somente para reconstruir o destruído

pela Unidade Popular exigem-se dez anos (...); as Forças Armadas devem voltar a ser governo indefinidamente (...), porque o governo lhes corresponde por direito próprio (...); são o povo em armas...”⁵⁶.

UM NACIONALISMO MARGINAL?

Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas chilenas derrubaram o Presidente Salvador Allende e governaram durante 17 anos. Hoje em dia, sua tutela sobre a vida política do país está fundamentada constitucionalmente, tarefa que é defendida por um setor da direita institucionalista, por seus senadores designados por ela mesma.

Na atualidade, o nacionalismo continua sendo fraco, social e eleitoralmente. Seus fervorosos partidários não têm conseguido obter mais que pobres resultados, nas eleições parlamentares realizadas desde 1989, o que tem determinado, em parte, que voltem a ser olhados como uma anomalia política, sem maior significação. O cerco, no entanto, que conseguiram impor ao projeto de lei que modificava a Lei Orgânica das Forças Armadas, a constituição do Conselho de Segurança Nacional e do Tribunal Constitucional, através dos quais essas instituições asseguram sua tutela sobre o desenvolvimento político do país, faz-nos questionar seu caráter exótico e marginal. Os sete senadores da Renovação Nacional - a direita mais liberal e institucionalista - que se somaram à União Democrática Independente (UDI), mais identificada com o regime militar, e aos senadores designados pelo general Augusto Pinochet, antes de sua saída do governo, para rechaçar o projeto de reforma, são os herdeiros dos nacionalistas que ingressaram no Partido Nacional em 1966. O líder dos denominados "duros", dentro da Renovação Nacional, o senador Francisco Prat, é filho de Jorge Prat, o *estanquerista* e formulador da "Tese do vazio de poder", que

anos depois se transformaria na Tese do Estado Militar.

Mesmo que grande parte da ingerência, que os militares conservam sobre a frágil democracia chilena do fim do século, não se deva, exclusivamente, à contribuição dada pelo nacionalismo nesse terreno, pode-se dizer que aquilo que foi ou chegou a ser seu grande projeto político continua ainda em pé. Ainda que eles tenham voltado à obscuridade, estejam totalmente afastados das esferas de poder e não consigam ser encarados seriamente pelo grosso da sociedade, sua proposição de que as Forças Armadas devam ter uma participação mais ativa nos acontecimentos mais contingentes está plenamente vigente e, mais ainda, é defendida mesmo por aqueles que os afastaram do regime militar. Os redutos de poder, conquistados pelo nacionalismo ao longo do século, lhes asseguram uma vigência política em desacordo com seu impacto social.

* O termo *nacismo* foi cunhado no Chile, para dar a marca nacional ao mesmo movimento que havia emergido na Alemanha, no período posterior à Grande Guerra (N. do T.).

¹ O conceito de "Estado de Compromisso" foi formulado por Manuel A. Garretón em *El proceso político chileno* (Santiago, 1983) e faz referência ao tipo de estilo político que predominou no Chile, no qual nenhuma força política conseguia controlar majoritariamente o Congresso, o que a obrigava a acordos conciliatórios, frente a seus objetivos de natureza estrutural. Ver também Tomas Moulián em "La debilidad hegemônica de la derecha en el Estado de Compromiso", Santiago, Flacso, 1986.

² Ernest Gellner, *Naciones y nacionalismo*, Alianza, 1988; para o caso chileno, ver Alfredo Jocelyn-Holt, "La idea de nación en el pensamiento liberal chileno del siglo XIX", *Opciones*, n.º.9, 1986.

³ Sobre a relação entre nacionalismo e trabalhadores, ver Júlio Pinto y Verónica Valdivia O. de Zarate, "Peones chilenos en tierras bolivianas: la presencia laboral chilena en Antofagasta, 1840-1879", *Población y Sociedad*, Tucumán, 1994, n.º.2, p. 103-132.

⁴ Nesse sentido, a noção de nacionalismo é concebida mais como uma cosmovisão de índole política que pretende recuperar a unidade. O nacionalismo passaria a ser "um pensamento político concernente ao que foi a nação, ao que é e ao que deve ser, além dos meios a empregar para buscar as metas nacionais..." Kalman Silver, *Nacionalismo y política de desarrollo*, p.39.

⁵ Hernán Godoy, "El pensamiento nacionalista a principios del siglo XX", *Dilemas*, 1973.

⁶ Diego Portales tem sido considerado, pela historiografia chilena conservadora, de ampla difusão a nível escolar, como o organizador da República e fundador da nacionalidade, ao criar o que Edwards chamou de "Estado em Forma" Alberto Edwards, **La fronda aristocrática**, Santiago, 1928. O pensamento nacionalista também foi fortalecido com a reivindicação da riqueza nacional, feita pelo historiador Francisco A. Encina, em sua obra **Nuestra inferioridad económica**, Santiago, 1ª ed., 1910

⁷ Gonzalo Vial C., **Historia de Chile (1891-1973)**, vol.III, p 59.

⁸ Sobre o *nacismo* chileno, ver Rodrigo Allende, **El Jefe**; Erwin Robertson, "Ideas nacionalistas chilenas:1910-1966", Universidade do Chile, 1978 e **El nacismo chileno** (1986); Mario Snajder, "El nacionalsocialismo chileno de los anos treinta", **Mapocho**, 1992, nº32.

⁹ Robertson, "Ideas nacionalistas...", p.80. A Frente Popular foi uma coalizão de centro-esquerda que aglutinou os partidos Radical, Socialista e Comunista para enfrentar o governo direitista de Arturo Alessandri. A unidade rendeu seus primeiros frutos na eleição de 1937; na anterior, os socialistas haviam obtido somente 2.6% dos votos. A unidade também era uma estratégia eleitoral.

¹⁰ Sobre isso, ver Verónica Vaidivia O. de Zarate, "Las nuevas vocês dei nacionalismo chileno: 1938-1942", **Boletín de Historia y Geografía**, nº10, 1993, p. 119-139. A respeito da morte dos *nacistas* no *Seguro Obrero*, Allende, op.cit. e Jorge Zenteno, "El Movimiento Nacional Socialista de Chile: teoría y acción política. 1932-1938", UMCE. 1988

¹¹ As citações correspondem a **La Pátria** (Partido Nacional Fascista, o PNF), 02/06/1939, e a **Claridad**, 25/10/1938. Grande parte desta seção está baseada em meu trabalho, **El nacionalismo chileno en los anos del Frente Popular (1938-1952)**, Serie de Investigación, nº3,1995.

¹² *Ibid.*, 07/09/1939.

¹³ PNF, **Plan de acción** (1939), p.9; MNCH, **El MNCH pide tu concurso** (1940), p.1; **El Diário Ilustrado**, 10/08/1939.

¹⁴ **La Pátria**, 07/10/1939.

¹⁵ Guilherme Izquierdo, **Democracia y corporativismo; La Pátria**, 30/09/1939.

¹⁶ **La Pátria**, 25/02/1940; **El Diário Ilustrado**, 24/08/1939 e 25/02/1940.

¹⁷ **La Pátria**, 07/09/1939; **Ercilla**, 28/02/1940.

¹⁸ **Archivo del Ministério dei Interior**, 1941, memo 418, 17/09/1941

¹⁹ **La Pátria**, 24/06/1939.

²⁰ União Nacionalista, **Habla Juan Gómez Millas**, 1942.

²¹ *Ibid.*

²² *Ibid.*; **El Mercurio**, 24/03/1942, p.19.

²³ Sobre o hispanismo, ver Ricardo Pérez Monfort, **Hispanismo y Falange**.

²⁴ **Estanquero**, 16/11/1946.

²⁵ A análise do pensamento *estanquero* foi extraído de sua revista, **Estanquero**, dos anos 1946, 1947, 1948 e 1950

²⁶ Allende, op.cit., p.147.

²⁷ Sobre estes temas, ver Augusto Varas, **Chile. Democracia. Fuerzas Armadas**, cap.V; Verónica Valdivia, **La Milicia Republicana. Los civiles en armas**, caps. IV e V; e da mesma autora, **Camino ai golpe: ei nacionalismo chileno a la caza de las fuerzas armadas**, Serie de Investigación, nº11, parte II, Carlos Maldonado, "Entre reacción civilista y constitucionalismo formal: las fuerzas armadas chilenas en el período 1931-1938" Flacso, nº55, 1988.

²⁸ Manuel Hormazábal, **Por los caminos de la democracia 1920-1940**, p. 137

²⁹ Allende, op.cit., p.115-143; Ricardo Donoso, **Alessandri, agitador y demoledor**, p.222-269

³⁰ Rolando Alvarez, et.al., "De Ariosto Herrera al general Viaux un estudio de los complots militares en Chile", UCBC, 1995

³¹ **El Diário Ilustrado**, 25/08/1939, p.17

³² *Ibid.*, 25/02/1940, p. 17.

³³ Alvarez, et.al., op.cit., p. 126-139; Alejandro Magnet, **Nuestros vecinos justicialistas**, p. 136-160

³⁴ Tomás Moulián, **El gobtemo de Ibáñez. 1952-1958**, Flacso, 1986; Patricio Dooner, **La segunda administración de Ibáñez. Un mentís a la creencia democrática chilena**, CINDE, D.T., nº 30, 1979; Carlos Ibáñez, **Lo que haremos por Chile**, 1952 Sobre o desgaste do socialismo ver Paul Drake, **Socialismo y Populismo en Chile. 1936-1973**.

³⁵ **Estanquem**, 25/11/1950, p.7

³⁶ **Bandera Negra**, nº5, junho de 1952

³⁷ A seção sobre a segunda presidência de Ibáñez está baseada em meu trabalho, **Nacionalismo e Ibañismo**, Serie de Investigación, nº8,1995. Sobre a gestão de Prat, ver p.42-52.

³⁸ Arturo Olavarría, **Chile entre dos Alessandri**, p.341

³⁹ Sobre o caso *Linea Recta*, ver Olavarría, op.cit., p.299-328; Rolando Arvarez, et.al., p. 148-183; Mauricio Hidalgo, "El Ariostazo, PUMA y Línea Recta ¿una desviación del profesionalismo de las fuerzas armadas chilenas?", PUC, 1994, p. 133-200; Verónica Valdivia O. de Zarate, "Nacionalismo, Ibañismo, Fuerzas Armadas: "Línea Recta" y el ocaso del populismo", **Contribuciones**, 1997.

⁴⁰ **Bandera Negra**, nº28, agosto de 1958.

⁴¹ **Tacna**, nº3, maio de 1971.

⁴² **Estanqueros**, 08/02/1947, 30/06/1951, 14/07/1951, 27/09/1947,20/09/1947.

⁴³ General Carlos Prats, **Memórias. Testimonios de un soldado**, p. 103-104. Para este tema, ver Sérgio Marras, **Confesiones e Palabra de soldado**; Sobre a evolução do nacionalismo e sua relação com as Forças Armadas nos anos sessenta, ver Verônica Vaidivia, **Camino ai golpe...**, partes II e III.

⁴⁴ Florencia Varas, **Conversaciones con Viaux**, Santiago, 1972.

⁴⁵ Prats, op.cit., p.127.

⁴⁶ **Tacna**, nºs. 3 e 7

⁴⁷ **Tacna**, nºs. 3 e 4

⁴⁸ Discurso de Viaux no periódico **Octubre**, nº1, julho de 1970 Ver também o periódico **Presencia**.

⁴⁹ **Tizona**, n.ºs. 1, 2 e 4, julho, agosto e outubro de 1969;
Presencia, n.º1, maio de 1970.

⁵⁰ Sobre a direita histórica, ver Sofia Corrêa, "La derecha en el Chile contemporáneo: la pérdida del control estatal", **Revista de Ciência Política**, 1989.

⁵¹ Mario Arnello, **Proceso a una democracia. El pensamiento político de Jorge Prat**, Santiago, s/f.

⁵² Para o Partido Nacional, ver **Nueva República**, n.ºs.1 e 2, 1966; Sérgio O. Jarpa, **Temas políticos, fundamentos doctrinarios**, 1966 e **Creo en Chile; Declaracion de Principios del Partido Nacional**.

⁵³ Sobre o caso Schneider, ver **Operación Alfa**, Ed. Quimantú, s/f, **Los documentos secretos de la ITT**, Ed. Quimantú, 1972.

⁵⁴ **Forja**, nM9, **Tacna**, nMO, 1972.

⁵⁵ **Tacna**, n.ºs.1,2, 5, 6e13.

⁵⁶ **Tacna**, n.º11, abril de 1972.